

O legado de Bolsonaro para a Segurança Pública

O governo federal se apossou da imagem da PM. A quebra da confiança de parte da sociedade na instituição é um retrocesso após ganhos de imagem obtidos com outros modelos de policiamento e protocolos de atendimentos

Gilvan Gomes da Silva
1 de setembro de 2021

FÁBIO H. MENDES/FOLHAPRESS



Policiais militares podem se transformar em Sérgio Reis fardados

O anúncio de manifestações políticas no dia 7 de setembro colocou as instituições militares em evidência, principalmente as Polícias Militares, e o temor de um golpe reacendeu o debate acerca da participação dos militares e a vinculação das instituições de segurança pública no ambiente partidário. Todavia, a cada passo dos interlocutores para arregimentar simpatizantes e pressionar os poderes com atos interpretados como ilegais, houve reações e diminuíram as investidas que se desenhavam. A prisão do presidente do PTB, as falas dos presidentes da Câmara e do Senado, o discurso do comandante do Exército no Dia do Soldado na presença do presidente, as manifestações de representantes do mercado financeiro, entre vários outros atos da sociedade civil são alguns sinais que arrefeceram discursos como o de Sérgio Reis, que se imaginava um líder com apoio suficientemente grande para ameaçar publicamente poderes republicanos com invasão e se viu abandonado politicamente, tornando-se um símbolo deste momento.

Entretanto, esse contexto de arrefecimento de um possível golpe não apaga as principais marcas deixadas pelo governo Bolsonaro na Segurança Pública. O primeiro ponto é o aumento da quantidade e tipos de armas em circulação. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o número de registro de armas de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (561.331) é semelhante ao total dos milhares brasileiros da reserva e da ativa (596.145); e o registro total de armas de fogo passou de 637.972 em 2017 para 1.279.491 em 2020. O governo editou vários decretos para facilitar a compra de arma, todavia não apresentou uma política de redução de homicídios que está em 40.000 mortes em média por ano.

O segundo ponto é a instrumentalização da PM como ente político e particular, próprio do patrimonialismo, ao usar como particular algo que é público, como o recente caso do Hospital da PMRS que testou medicação contra COVID-19 como parte de uma pesquisa não autorizada pela Anvisa. Assim como o uso particular dos quartéis policiais nas formaturas de sargentos e oficiais como palanque de candidatura antecipada.

Nessa esteira, da mesma forma que houve uma outra interpretação para o caso do general Pazuello pelo Exército, a PMDF também reinterpretou a Lei 7.289/1984 e o Código de Ética que regulamentam a proibição de militares em eventos políticos partidários e permitiram que policiais militares apoiem a manifestação de 7 de setembro. Essa proximidade entre o presidente e as Polícias Militares se dá pelos valores. Não os valores militares, já que o presidente quebrou a disciplina e a hierarquia enquanto capitão, mas pelo discurso conservador bélico, como debatido em [outro texto](#).

Segundo o FBSP, essa “aderência” dos policiais militares ao discurso se aproxima de 41% do efetivo, sendo que 25% endossam o discurso mais radical, o que poderíamos interpretar até as últimas instâncias. Esse apoio se fez presente além das redes, está nas intervenções nas manifestações contra o presidente, por exemplo, como apresentado em [outro momento](#). Essa adesão ao discurso do presidente também pôde ter influenciado a grande quantidade de policiais militares mortos por COVID-19, como [problematizado anteriormente](#).

O terceiro ponto, brevemente apontado, é acerca da participação política dos policiais militares como ator partidário. Vinte e cinco governadores, de forma inédita, divulgaram um compromisso de que reprimiriam motins e atos de indisciplina. O ponto ígneo para essa manifestação coletiva de governadores foi a convocação para o ato de 7 de setembro feito por um comandante regional da PMSP. O receio de que o movimento irradiasse para as instituições co-irmãs sedimentou o discurso de governadores de diferentes vertentes políticas. A Associação dos Militares Estaduais do Brasil divulgou uma carta após a nota dos governadores informando que em caso de ruptura institucional as Polícias Militares serão convocadas pelo Exército e exercerão o papel constitucional de força auxiliar e que não podem ser empregadas por governadores de forma disfuncional.

Esse tipo de atuação das associações representativas da PM é inédito, o que outrora era para questões profissionais como assuntos sobre unificação das polícias, ciclo completo, TCO, entre outras, agora é sobre a atuação política que pode desdobrar em golpe. Todavia, com as fortes repercussões e consequências sobre o caso do comandante regional com seu afastamento, intervenção do Ministério Público, e desdobramentos no campo político, o presidente da Associação frisou em entrevista, dias depois, que as Polícias Militares são democráticas e estão para mediar os conflitos entre as partes de forma apartidária, como haviam realizado no processo de impedimento da presidente Dilma. Esses avanços e recuos seguem um comportamento semelhante ao de outros atores bolsonaristas. O custo de somente avançar pode ser muito alto, podendo gerar alguns Sérgio Reis de farda.

Desta forma, o “legado” do governo federal marca a imagem da PM como sua, da mesma forma que impingiu ao Exército, independentemente do pós-7 de setembro. A quebra da confiança de parte da sociedade na instituição é rememorar algo que estava sendo desconstruído com outros modelos de policiamento e inserção de protocolos de atendimentos imersos nos atuais estatutos, mas agora pode remontar à imagem de 1964, com “soldados” que se destacarão e formarão uma base nos quartéis e também se lançarão candidatos nos próximos pleitos em uma sociedade com o dobro do números de arma que detinha três anos atrás.

Gilvan Gomes da Silva

Formado em Antropologia e em Sociologia, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Nacional de Brasília. Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://fontesegura.org.br/pro/ssao-policia/eb5o5ok2eq>

